

## AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O PROGRAMA ZONA FRANCA VERDE (PZFV): CENÁRIOS NO SUDOESTE DO AMAZONAS – BRASIL

JOSÉ JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO ARAÚJO <sup>1</sup>

JORDEANES DO NASCIMENTO ARAÚJO <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Docente da Rede Estadual de Ensino do Acre e do Amazonas – Brasil.

(e-mail: amadeus13julio@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Amazonas – Brasil.

(e-mail: jordeanes.araujo@gmail.com)

### *A SOLIDÃO DO TAPIRÍ*

*Passai a noite dobrando o mundo.*

*Sapos goela-seca engoliam estilhaços de estrelas.*

*O céu quadrilhado de caminhos tortuosos.*

*Os sonhos misturados de matas.*

*As vozes ancestrais escreviam nosso destino, nossa velha infância roubada pelo espírito das águas.*

*A lua dava cor ao rio caminhando.*

*Os grilos deixavam escorrer de seus corpos franzinhos, os pingos que compunham os vagalumes.*

*A noite emprestou sua negrura às constelações.*

*A chuva veio e quebrou o pacto de silêncio da noite.*

*Adeus à quieteza do Tapiri.*

*Escutarei as reclamações de um mosquito que sentou na minha pestana.*

(José Júlio César, 2008)

### **Resumo**

O artigo que ora apresentamos é uma síntese da pesquisa de mestrado sobre a implantação das políticas de desenvolvimento sustentável do Programa Zona Franca Verde, no sudoeste do estado do Amazonas - Brasil<sup>1</sup>. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é entendida como o direito sobre os territórios tradicionais, podendo ter ligações com povos tradicionais, mesmo que não haja uma ocupação permanente do espaço. O lugar é entendido como lugar da reprodução cultural. Nas comunidades tradicionais do sudoeste do Amazonas os usos dos recursos naturais estão ligados a este

---

<sup>1</sup> Contámos com o apoio financeiro da *Fundação Bioma* e da *Fundação Gordon e Betty Moore* para as pesquisas de campo.

elo com o ambiente. Porém, hoje, o que se observa é que as diversas lutas em torno da apropriação de espaços (terra) têm-se pautado por questões distintas, mas intimamente interligadas: ambientalização (RIBEIRO, 1992) e etnização da natureza (LEFF, 2006), (ALMEIDA, 2008). Na verdade, estes dois modos de “pensar” a luta pela terra têm moldado a questão agrária da Amazônia. A metodologia desta pesquisa no que tange à coleta de informações se valeu de duas abordagens de entrevistas: a entrevista direta e as entrevistas coletivas com associações de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e colônias de pescadores. Fez-se isso para dialeticamente compreender os discursos dos sujeitos coletivos ligados à produção nas comunidades estudadas em Guajará-AM. Neste artigo apresentamos algumas implicações do Programa Zona Franca Verde sobre a vida e a organização social das populações tradicionais no município de Guajará-AM.

**Palavras-chave:** populações tradicionais, Zona Franca Verde, sudoeste do Amazonas.

#### **Abstract**

The article presented herein is a summary of the research master's thesis on the implementation of policies for sustainable development of the Zona Franca Verde Program, in the southwestern state of Amazonas, Brazil. The National Policy for Sustainable Development of Traditional Peoples and Communities is understood as the right on the traditional territories and may have links with traditional peoples, even if there is no permanent occupancy in space. The place is perceived as a place of cultural reproduction. The uses of natural resources by the traditional communities of the southwestern Amazon are linked with the environment. But today, what is observed is that the various struggles over the appropriation of space (land), has been ruled by separate issues, but closely intertwined: environmentalization (Ribeiro, 1992) and the nature of ethnizing (Leff, 2006) (Almeida, 2008). The methodology of this research regarding the information data collection drew upon interviews: a direct interview and group interviews with farmers associations, unions of rural workers and fishermen colony. We did it to understand the dialectic of collective subject discourses linked to production in the communities studied in Guajará-AM. In this paper we discuss some implications of the Zona Franca

Verde Program on the life and social organization of traditional populations in the city of Guajará -AM.

**Keywords:** traditional populations, Zona Franca Verde, southwestern Amazon.

### **Introdução**

A ação governamental e do grande capital para o desenvolvimento na Amazônia brasileira apresenta duas grandes estratégias: o desenvolvimento econômico da região através da expansão do agronegócio e as propostas de desenvolvimento sobre bases sustentáveis. Becker em *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições* (2009) entende que são visíveis grandes dualidades na compreensão da Amazônia brasileira, porém um caminho possível de ser trilhado seria uma nova lógica de desenvolvimento com base científico-tecnológica capaz de imprimir novas expectativas para as populações locais:

A dualidade entre o coração florestal – a floresta ombrófila densa, pouco afetada desde os tempos dos descobrimentos, a não ser pela porção nordeste do Estado do Pará, próximo a Belém e as demais áreas já degradadas ou sob pressão antrópica atual, passa a ser a chave de uma proposição estratégica para o desenvolvimento da Amazônia. Recomendam-se, para a primeira área, os conhecimentos necessários à implantação de cadeias de produção bioindustriais, orientadas para a fabricação de biocosméticos, fitoterápicos, nutraceuticos, produtos alimentares, bebidas etc. Para a segunda, aqueles dedicados ao adensamento técnico-científico de atividades como a extração da madeira e setores relacionados, a silvicultura e o manejo florestal, a agroenergia, entre outras. Permeia ambos os modelos de desenvolvimento sugeridos a construção de nexos que permitam, em âmbito internacional, forjar um espaço real de valoração dos serviços ambientais. Manaus estaria convocada a exercer uma liderança enquanto modo das redes globais que animam relações e circuitos financeiros aptos a sustentar essa atividade inovadora para o desenvolvimento regional. Assumir outra perspectiva de desenvolvimento importa em mudança de padrões produtivos e comerciais, em maior agregação de valor intra-regional, em maior capacidade de retenção de riqueza na Região. O “Norte” não é mais apenas um celeiro de matérias-primas, à disposição dos aventureiros de plantão. Tampouco está desprovido de uma população ativa, cheia de anseios, ciente de suas prerrogativas, num concerto democrático que se vem aprofundando pouco a pouco. Desejos são criados e recriados a cada nova mensagem veiculada e replicada no imaginário nacional e global e, traduzidos

para o contexto regional, ganham novas formas e conteúdos. Abrem novas expectativas para as populações nas diversas realidades vivenciadas, urbana, comunitária, ribeirinha, indígena etc. ( p. 8)

Replicar a idéia do desenvolvimento sustentável para a Amazônia faz parte da estratégia nacional, implantada mais severamente durante o governo Lula (2002-2010). Mota e Gazoni (2009, p. 8) mostram que no principal projeto de desenvolvimento da Amazônia do governo Lula, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), podem ser percebidas duas vertentes de políticas públicas, aquelas que defendem novas infraestruturas como suporte ao desenvolvimento econômico, principalmente do agronegócio em larga escala em algumas áreas e estados da Amazônia brasileira, e outras focadas no interesse das populações locais e na sustentabilidade socioambiental.

Portanto, o cenário que se tece para a Amazônia, como destaca Becker (2009), demonstra que sua ocupação e suas perspectivas futuras de desenvolvimento estão muito atreladas às dinâmicas de desenvolvimento de cada uma de suas formações produtivas localizadas, com suas necessidades e implicações distintas. Mas, a política de desenvolvimento na Amazônia tem se mostrado conflitante e confusa no entendimento das políticas públicas do governo federal e dos governos estaduais. Pois, enquanto alguns estados mostram avanços na implantação de políticas sustentáveis, leis e decretos federais contrariam esta lógica na esfera nacional. Por exemplo, a Lei N.º 11.284, de 02 de março de 2006, permitiu o uso privado de Florestas Nacionais (FLONAS), abrindo um hiato para a concessão de uso de algumas modalidades de unidades de conservação.

Além disso, a Medida Provisória 458/2009 regularizou uma porção considerável de terras na Amazônia, sem o devido cuidado de saber onde estão estes lotes e qual o impacto ambiental desta medida. Isso já contraria os princípios sustentadores do PAS que são o controle da emissão de CO<sub>2</sub> e o pagamento de serviços ambientais por redução em emissões de desmatamento e degradação (REED). Por outro lado, alguns estados da Amazônia registraram os mais altos índices de desmatamentos nas últimas duas décadas.

Em suma, a leitura desta inserção do desenvolvimento sustentável como foco prioritário para a Amazônia deve ser visto de outro prisma. Como destaca Paula e Morais (2010, 42):

[...] no tratamento da “questão ambiental” os limites interpostos à continuidade da exploração dos recursos naturais e as conseqüências climáticas dela decorrentes transformaram-se, gradativamente, em “possibilidades”. Tanto “mercado” como “meio ambiente” passa a estar encapsulados em estratégias de “desenvolvimento sustentável” que não se restringem aos limites das fronteiras nacionais, como revela com nitidez a “Iniciativa

para a Conservação da Bacia Amazônica (ICBA)” formulada pela USAID.

Reafirmamos como acreditam Paula e Souza (2010, 111) que “a ideologia do desenvolvimento sustentável tem se mostrado extremamente eficaz em cumprir esse papel, ao difundir uma suposta comunhão de interesses histórica e estruturalmente divergentes seja inter ou inter-estados”. Percebe-se certa “conformação” tanto na sociedade civil como nos governos e um “resfriamento” gradual dos movimentos sociais.

A respeito do papel das comunidades tradicionais nestes projetos em curso na Amazônia brasileira, percebe-se que, muitas vezes, elas são deixadas de lado nas discussões e na implantação dos projetos sobre o manto da sustentabilidade.

A política brasileira de valorização e reconhecimento de povos tradicionais passou por fortes mudanças nas últimas décadas, primeiro em 1998, por meio do Decreto N.º 2.519, de 16 de março de 1988, que promulgou a Convenção sobre a Diversidade Biológica de 1992, reconhecendo em parte uma ambientalização do espaço onde povos indígenas, caçaras, ribeirinhos e caboclos faziam parte desta biodiversidade.

Logo, em 2001, se aceita os termos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. O passo seguinte foi promulgar a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, através do decreto 5.051 de 19 de abril de 2004. As constantes reivindicações destes grupos sociais exigiram que o governo criasse a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, normatizada através do decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

Assim se entende que o direito sobre os territórios tradicionais devem ter ligações com ancestralidade, mesmos que não haja uma ocupação permanente no espaço. Este é também entendido como lugar da reprodução cultural. A ancestralidade do espaço passa a ser não somente das populações indígenas, como preconiza a Constituição, mas também de grupos diversos que usam determinados territórios para sua reprodução física, econômica, social e simbólica (Shiraishi Neto, 2007). Porém, hoje, o que se observa é que as diversas lutas em torno da apropriação de espaços (terra), tem se pautado por questões distintas, mas intimamente interligadas: ambientalização (Ribeiro, 1992) e da etnização da natureza (Leff, 2006), (Almeida, 2008).

Entende-se por ambientalização a corrente de lutas sociais onde estão incluídas a intenção de fazer pressões para que o Estado brasileiro reconheça as distintas formas de ocupação do espaço (terra). Para Escobar e Pardo (2005, 45):

O conceito de biodiversidade tem transformado os parâmetros de avaliação da natureza e as disputas pelo acesso aos recursos naturais, resumidamente o conceito está relacionado com a quantificação do número de espécies existentes em determinadas áreas. É por sua biodiversidade que as zonas de floresta tropical adquiriram uma nova visibilidade e são objeto de renovado interesse por parte de atores diversos. A “irrupção do biológico” norteou as políticas globais do século XX centradas na manutenção da vida, agora interesse do capital e da ciência. O discurso hegemônico retrata os territórios de floresta como inabitados, insalubres e selvagens para justificar sua presença, e defendem que estes locais devem dar o seu contributo à economia e aos Estados. Neste cenário, agentes estatais capitalistas ou de movimentos sociais elaboram diferentes e conflituosas estratégias de aproveitamento.

Como isso, a noção de “natureza” trouxe um vivo movimento de mobilização, envolvendo diversas práticas de conservação dos recursos naturais apoiadas na formação de uma consciência ambiental, que se aguçavam na consonância dos discursos de grupos organizados, a saber: o dos indígenas e os dos mais diversos movimentos sociais, ambos se opondo a interesses de empreendimentos econômicos predatórios. Para Leite Lopes *et.al.*:

O termo ‘ambientalização’ é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções dos fenômenos. (...) indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da ‘ambientalização’, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial. (Leite Lopes, 2004, 17).

O discurso da preservação e conservação interpela uma nova conduta agrária dos Estados Nacionais, através de redes de articulação e mobilizações que atuam na ordem local. Por outro lado como destaca Leff (2006):

Hoje, as lutas pela reapropriação da natureza são lutas pelo direito à diferença cultural, pelo direito de viver em e com a natureza, a uma identidade que desenha um estilo de vida. [...] como um processo que muda o lugar atribuído aos sujeitos pelas teorias e formas de racionalidade dominantes, criando novos direitos e construindo novos territórios onde se assentam novas identidades. É um campo onde se conformam subjetividades e sentidos que

transformam o meio onde se localizam formas de ser e de habitar, onde se renovam usos, costumes e práticas. (LEFF, 2006, 507)

Neste sentido, a aposta em uma política étnica de apropriação da terra, em todas as partes da Amazônia, está levando a diferenciação e a invenção de identidades culturais como estratégia de reapropriação da natureza. Assim, dentre os grupos que defendem esta forma de apropriação do espaço, é freqüente considerar-se que tais grupos possuem um vasto sistema de conhecimento sobre seus espaços, aliado a práticas e tradições sobre o potencial e uso múltiplo de recursos florestais, pesqueiros e biológicos. Estes são interrelacionados com tramas sociais, ambientais, culturais, imaginárias e simbólicas coletivas. No entendimento de Acevedo Marin e Almeida (2006), a mobilização dos “povos e comunidades tradicionais”, sobre o prisma da etnicidade e do reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, surge envolta num artifício de invenção do próprio “tradicional”, dos conflitos e lutas sociais.

Na verdade, estes dois modos de “pensar” a luta pela terra têm moldado a questão agrária da Amazônia. Neste artigo apresentamos ações do Programa Zona Franca Verde (ZFV) que têm proporcionado qualidade de vida para estas populações.

### **1. O Programa Zona Franca Verde (PZFV) nas vozes das comunidades tradicionais em Guajará -AM**

Observamos durante a pesquisa de campo que, para as populações tradicionais, o PZFV, pensado e formulado de cima para baixo, acabou não sendo compreendido. Como elucidam as falas dos entrevistados:

Eu não conheço o programa Zona Franca Verde. Não participei de nada do Zona Franca Verde. Aqui aparece os caras lá do IDAM para olhar a farinha, para conversar. (pausa) mas no roçado nunca foram. Vêm apenas quando tem financiamento. (pausa) o maior problema aqui é transporte. Nós já tivemos transporte, mas hoje o barco escolhambou não tem mais carro, tá assim. (pausa) Hoje os produtos a gente vende aqui mesmo. Uns tiram num bote pequeno vinte saca de farinha, trinta e leva pra Cruzeiro. Aqui a gente vende a farinha de 40, 45 à saca pro Surubim ou pra outros que aqui aparece. (M. M. 59 anos, produtor da comunidade Gama, entrevista em junho de 2010)

Na fala do produtor se depreende que ele não sabe o que é e nem do que se trata o programa. Porém, a entrevista foi realizada oito anos depois do lançamento do PZFV. Fica também evidente que os problemas ainda persistem. Um deles centra-se no escoamento da produção e armazenamento. O que torna os produtos muito baratos e facilita a entrada de atravessadores. Na sede do município a saca de farinha (50k) é vendida por R\$ 65,00 ou R\$

75,00, dependendo da qualidade. Em Cruzeiro do Sul - AC, citado pelo entrevistado como destino de grande parte da produção de farinha de Guajará, o preço é R\$ 120,00.

Na fala dos gerentes do PZFV a comercialização é feita *através da identificação do perfil da comunidade, mercado, preço ofertado e meio de consumo* (Airton Schneider, 2010). Porém, percebe-se que o discurso oficial passa longe da realidade observada em campo e ratificada pelas organizações civis de produtores.

Quando damos voz às entidades ouvidas, percebemos que os problemas elencados pelos produtores em suas comunidades são novamente mencionados. Abaixo apresentamos uma síntese dos problemas relacionados pelas organizações consultadas no que tange a beneficiamento e comercialização da produção:

**Quadro 1:** Problemas do beneficiamento e comercialização da produção em Guajará

<b>Beneficiamento</b>	<b>Problemas relacionados nas reuniões coletivas</b>
<i>Associação do Badejo de Baixo</i>	Não temos postos de beneficiamento: só casa de farinha e uma máquina de beneficiamento de arroz
<i>Associação da Terra Firme</i>	Só temos uma casa de farinha e uma bancada de madeira
<i>Associação do Formigueiro</i>	Temos uma casa de farinha e outra tá caindo e precisamos de outra; Não temos um barco para levar a produção.
<i>Colônia de Pescadores</i>	Não temos balcão frigorífico no mercado para expor o pescado; Ainda não vendemos peixe cortado no mercado; Os pescadores do Acre vêm comprar pescado nos nossos lagos
<i>Associação Mutirão Nova Esperança</i>	Temos dificuldade com a água que é longe para fazer farinha e agora só há uma casa de farinha funcionando.
<i>Associação do Estirão do Remanso</i>	Nós produzimos carvão e ainda não sabemos como regularizar a produção.
<i>Associação do Passo Fundo</i>	Ninguém atende a gente. Não aparece ninguém do IDAM ainda vem o pessoal da CODESAV para vacinar o gado.
<b>Comercialização</b>	
<i>Associação do Badejo de Baixo</i>	Produção para comércio; madeira, milho, arroz, feijão, guaraná, farinha de mandioca, pimenta do reino, carne de gado, galinha.
<i>Associação da Terra Firme</i>	Produção para comércio; açaí, carvão vegetal, buriti, patoá, abacaba, fibras, cipós, madeira, milho, arroz, feijão, guaraná, farinha de mandioca.
<i>Associação do Formigueiro</i>	Produção para comércio; açaí, buriti, patoá, abacaba, fibras, cipós, madeira, milho, arroz, feijão, guaraná, farinha de mandioca, pimenta do reino, carne de gado, galinha, mel
<i>Colônia de Pescadores</i>	Produtos para comércio; canoa, manga, tarrafa, remo, construção de batelão, pescado.
<i>Associação Mutirão Nova Esperança</i>	Produtos para comércio: frutas, farinha de mandioca, carne de gado e peixe.
<i>Associação do Estirão do Remanso</i>	Produção para comércio; açaí, carvão vegetal, buriti, pataua, abacaba, fibras, cipós, madeira, milho, arroz, feijão, guaraná, farinha de mandioca.
<i>Associação do Passo Fundo</i>	Produção para comércio; açaí, carvão vegetal, buriti, pataua, abacaba, fibras, cipós, madeira, milho, arroz, feijão, guaraná, farinha de mandioca.
<b>5.5 Feiras e mercados</b>	Não temos um calendário de eventos para o comércio dos produtos e só tem um mercado pra tudo e pequeno.

**Fonte:** Pesquisa de Campo – Entrevista coletiva com as associações de produtores de Guajará - AM. Quadro organizado por José Júlio César do Nascimento Araújo



Na fala das organizações civis se observa que as comunidades trabalham com um elenco grande de produtos: farinha de mandioca, milho, arroz, feijão, guaraná, açai, carvão vegetal, buriti, patoá, abacaba, cipós, madeira, carne de gado e peixe, canoa, rede de pesca, remo, construção de barcos e canoas, pimenta do reino, galinha e mel. Nas entidades ligadas a terra firme se destaca a lavoura temporária e naquelas comunidades ligadas também a igarapés ou rio os produtos não-madeireiros entram como produtos comercializados.

O mais importante no quadro acima é a repetição dos problemas relacionados ao beneficiamento e armazenamento da produção. A infraestrutura de beneficiamento da produção é precária e não tem nenhum controle sanitário. Isso dificulta o acesso dos produtos a outros mercados. Por outro lado, como mencionado anteriormente no depoimento dos produtores, não existem caminhões ou barcos para escoamento da produção. Como podemos ver na fotografia abaixo:



**Fotografia 1:** Casa de Farinha na Comunidade Badejo do Meio.

**Fonte:** José Júlio César do Nascimento Araújo.

Em 2009, por meio do subprograma *Renda com Dignidade*, vinculado ao PZFV, as comunidades receberam 120 kits para casa de farinha, constituído de um motor Honda 5hp e um forno. Mas, como é possível visualizar na fotografia, havia cachorro e crianças circulando dentro da casa de farinha e a alimentação era feita no mesmo local. Além disso, as condições da casa de farinha não eram as melhores. Uma casa de palha quase caindo e o processo de fabricação ainda era rudimentar. Em todas as casas de farinha que visitamos sejam elas as novas ou as mais velhas, a situação era muito parecida. Como atesta a fala do produtor:

As casas de farinha são cobertas de palha e feita com pau roliço e a gente impressa a massa em sacos. É duas pra todas as pessoas da comunidade e pra usar tem que pagar a renda. Água prá lavar a macaxeira é longe mais tem que ser lá mesmo. (M. C. S., 54 anos, pescador e agricultor, comunidade Gama, entrevista em junho de 2010).

O problema é que não adianta o PZFV doar apenas os implementos para a casa de farinha se não oferecer capacitação para os produtores ou infra-estrutura para uma casa de farinha com bons padrões de higiene.

No tocante à pesca, uma vez que nosso objetivo é analisar as ações do programa no município partindo do seu eixo de ação, verificamos que não houve ação nenhuma para o ordenamento da cadeia. A ação desenvolvida pelo Programa Zona Franca Verde no município foi vinculada ao subprograma *Renda com Dignidade* desenvolvido em parceria com o IDAM. Neste, os produtores do município receberam 457 motores Honda 5Hp com “rabetas”, 8 grupos de geradores de energia, 120 kits de pesca (incluindo 1 vaso de isopor, uma rede de pesca, uma faca, um chapéu e uma lanterna). Como se observa na foto abaixo:



**Fotografia 2.** Entrega de motores em Guajará.  
**Fonte:** IDAM/Guajará, 2010.

Nas comunidades visitadas a pesca ainda é um problema não resolvido. Primeiro pela invasão de pescadores provenientes do Acre e seus barcos equipados para a pesca comercial. Segundo, porque os lagos precisam de manutenção e manejo e isso não é conseguido sem organização comunitária ou ordenamento pesqueiro. Nos relatos dos entrevistados percebemos melhor suas dificuldades:

A pesca (pausa) às vezes tem muitas pessoas que pesca (pausa) a pesca é pra alimentação e é pra vender. Qualquer pessoa pesca em qualquer lago, aqui vem o pessoal do cruzeiro (Cruzeiro do Sul) aí o pessoal pesca pra eles dias, eles compram tudo e levam (pausa) a respeito de açude aqui não tem açude feito por ninguém. (F. M. M. S., 32 anos, pescador, Comunidade Sacado das Canas, entrevista em junho de 2010)

A pesca é feita com tarafas, rede, caniço. É feita só pra comer não tem onde estocar. Nosso lagos tá tudo coberto de buchuda. (M. C. S., 54 anos, pescador e agricultor, comunidade Gama, entrevista em junho de 2010)

A pesca no município deveria ser organizada pela colônia de pescadores Z-43. Contudo, na nossa entrevista com o presidente atual, Francisco das Chagas (Nau), que é ex-vereador do município, ficou claro que o trabalho da colônia se reduz ao cadastramento de pescadores para a aquisição do seguro-defeso<sup>2</sup>.

Com os associados foi possível verificar certo direcionamento político nas ações da colônia, ou seja, até quem não é pescador acaba adquirindo carteiras e recebendo o seguro pago pelo governo federal. Vejamos uma síntese dos problemas mencionados pela Colônia Z-43:

Aqui a gente pesca como aprendeu. O peixe já tá diminuindo a quantidade. O peixe tá cada vez mais longe e não é boa a qualidade das embarcações. Além disso, o IBAMA do Acre atua nos nossos rios mais é apenas no período de defeso. Não temos fábrica de gelo e nem câmara frigorífica para estocagem de pescado. Não temos balcão frigorífico no mercado para expor o pescado. Ainda não vendemos peixe cortado no mercado, só inteiro, os pescadores do Acre vêm comprar pescado nos nossos lagos. Falta peixe em nossa cidade, a maior parte do peixe que aparece é pequeno, porque os peixes grandes são levados para vender em Cruzeiro do Sul. (Colônia Z-43, reunião com 16 sócios, realizada em 29/08/2010).

No discurso da colônia de pescadores é possível verificar os problemas enfrentados e que não foram resolvidos pelo PZFV. Em síntese, não há ordenamento pesqueiro e nem infraestrutura, falta peixe e há invasão de pescadores acreanos. No entanto, é necessário observar que a gestão de recursos pesqueiros envolve ações como o manejo de pesca, a qualidade da produção do pescado, organização social, gestão participativa e monitoramento dos recursos nas reservas pesqueiras das comunidades. Para o PZFV, no que concerne ao setor pesqueiro, pretende-se incentivar a produção de

---

<sup>2</sup> Pagamento feito pelo governo federal de três salários mínimos para os pescadores para evitar a pesca de algumas espécies de peixes durante seus períodos de reprodução.

peixes através da assistência técnica e financeira como é notável na fala dos gerentes do programa:

Em alguns municípios já há atividade em andamento como em Manacapuru, Presidente Figueiredo, Tefé e outros. Está sendo levantada a informação real das unidades locais com potencialidades e interesses. Estamos fazendo ações preliminares através de cursos e treinamentos na área de associativismo e gestão. No Guajará fizemos um açude experimental com a unidade do IDAM local, queremos ver se vai dar certo para continuar as ações lá. (S. F. L., 59 anos, engenheiro de pesca, há 20 anos no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Amazonas, entrevista realizada em Manaus – AM em 24/06/2010)

Percebe-se na fala oficial que, após seis anos, a política de pesca em alguns lugares está em fase de experimentação, estudos e formação. Além disso, em relação à organização das comunidades, pretende-se capacitá-las na linha associativa e na gestão dos recursos pesqueiros. Em relação à piscicultura nota-se que o programa pouco tem feito até agora, apenas organizou um criatório para experiência, mas não conseguiu disseminar e nem tão pouco organizar uma cadeia produtiva do pescado em Guajará. Com relação ao desenvolvimento dos sistemas florestais, como prenunciava o objetivo do PFVZ:

*[...] promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de produção agropecuários, pesqueiros e florestais ecologicamente saudáveis amparados por políticas públicas integradas, aliados à proteção ambiental e ao manejo sustentável de unidades de conservação e terras indígenas. (PZFV, 2004, 5, grifo nosso).*

Nas comunidades de Guajará há uma forte economia florestal que provém principalmente da venda de óleos, mel, sementes e cipós, a saber: patoá, murmuru, açáí, buriti, copaíba, andiroba, mel de abelhas silvestres, piaçava e cipó titica.

Todavia, a retirada destes produtos não-madeireiros ocorre sem nenhum controle ou plano de manejo. A cadeia se desenvolve devido à ação da iniciativa privada que compra os produtos extraídos. A empresa Tawaya S.A faz incursões ao longo dos rios para a compra de sementes de murmuru e óleos. Porém, não se preocupa como e em que quantidades são coletadas. Na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), responsável pela organização das UC e cadeias florestais no estado, o discurso oficial da conta que:

Realizámos a 1ª Conferência Estadual das Populações Tradicionais do Amazonas de 08 a 11 de novembro de 2004, com

pelo menos um participante de cada município, identificamos três cadeias: óleos, borracha e madeira. Sobre a cadeia dos óleos, que você perguntou, temos tentado dinamizar esta em todos os municípios. Inauguramos a Agroindústria de Óleos de Manaquiri em 2008, e também inauguramos uma Usina de óleo para bicombustíveis em Carauari. Em Guajará não organizamos nada ainda, mas já temos o levantamento da potencialidade do município. (V. C. S. entrevista realizada em Manaus em 25/06/2010)

É perceptível no discurso oficial que o município de Guajará embora mostrando potencial para o manejo de recursos não-madeireiros, já com cadeia em pleno desenvolvimento, incluindo desde coletores até mercado e preço viável para atividade no local, não recebeu nenhuma ação direcionada. Em 2004, os gestores já conheciam este potencial do município, como é notável na participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guajará (STR) na 1ª Conferência Estadual das Populações Tradicionais do Amazonas. Vejamos:

O município de Guajará tem 16 associações de trabalhadores: cinco entidades são de extrativistas, e também trabalham na coleta de coco de mururu para produção de óleos. No final de 2004, 389 pessoas já produziam 45 mil quilos de gordura, e também estão trabalhando na pesquisa do óleo do patoá, abacaba, buriti e andiroba, isso é melhoria de renda nas comunidades. Mas temos dificuldades: falta de infra-estrutura de secagem e transporte e armazenamento nas comunidades; poucas opções de mercados, somente uma empresa compra o produto; entraves burocráticos; isolamento e grande distância dos centros consumidores; existência de poucas organizações comunitárias; deficiência no gerenciamento de unidades produtivas; falta de assistência técnica; e questão fundiária. Acrescentada a inexistência de representação do IBAMA nos municípios. Guajará e Ipixuna não têm representação do IBAMA do Amazonas, mas, segundo o IBAMA do Acre, há uma parceria que atua até o município de Ipixuna. Segundo o grupo, o IBAMA do Acre cumpre a lei, mas em perseguição aos pequenos produtores, porque os grandes fazendeiros desmatam 1.000 hectares e não são multados. No município de Guajará, nós mobilizamos as comunidades, sindicatos, associações em parceria com empresas que fornecem essas imagens de satélites, que fazem esse trabalho para nós. Ao todo, 205 famílias, 1.009 pessoas, fizeram um abaixo-assinado, anexamos à proposta de criação de um Projeto de Assentamento Extrativista e entregamos ao INCRA. A nossa parte nós estamos fazendo. (José Francisco do Nascimento - Presidente do STR Guajará<sup>3</sup>)

---

<sup>3</sup> Fala proferida durante a 1ª Conferência Estadual das Populações Tradicionais do Amazonas em 2004. Fonte: AMAZONAS, Governo do Estado. *Cadeia produtiva dos óleos vegetais extrativos no*

A fala de José Francisco, presidente do STR, é muito emblemática para a discussão que estamos fazendo, pois nela se observam os problemas que já eram aludidos em 2004, e que podemos ainda hoje constatar como ocorrendo na cadeia dos produtos florestais. Esse descaso, a falta de infraestrutura, o desconhecimento de como deve ser feito o manejo é também atestado pelas comunidades do município, como se vê na fala abaixo:

Aqui nunca veio ninguém falar de manejo, sobre o murmuru a gente vende para a Tawaya ou pró marreteiro. Se a gente espera o povo lá da Tawaya vem e entrega os sacos, depois eles passam comprando. (...) a gente junta todo o coco que tem lá, seja embaixo do pé ou na praia e vende. A copaíba o povo derrubava prá tirar, agora a gente dá apenas um golpe nela e tira. (Jairo. Silva, Comunidade Dona Nega, rio Juruá, entrevista em 17/05/2010)

A pesquisa de campo demonstrou que a cadeia dos produtos florestais tem um papel importante na economia das comunidades locais. Ela é compreendida como atividade secundária, mas é fortemente remunerada, garantindo aumento na renda das famílias envolvidas (de R\$ 130,00 a R\$170,00 por participante) como já se fez referência anteriormente. Porém, muito ainda precisa ser feito em relação aos produtos não-madeireiros e madeireiros. Em relação à cadeia da madeira esta ainda não é manejada. Sua retirada ainda ocorre de maneira predatória e em larga escala. Devido à proximidade com o Acre, o município fornece quase toda a madeira ilegal, tendo em vista o amadurecimento das políticas de fiscalização ambiental em Cruzeiro do Sul – Acre.

Portanto, o PZFV deveria ter observado que para organizar uma cadeia produtiva, seja ela agrária, agropecuária, pesqueira ou florestal, se deve partir do entendimento que esta deve ser tratada do ponto de vista conceitual como o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente, desde o início da elaboração de um produto até sua elaboração final que se materializa no consumo (Guimarães, 2005). Isso inclui um processo que parte das matérias-primas, passa pela mecanização ou incorporação de tecnologias, pela incorporação de produtos intermediários, até o produto final direcionando pela mais vasta rede possível de comercialização. Sem esses elos, qualquer cadeia fica fraturada ou à mercê da sorte como ocorreu em Guajará.

## **2. O Programa Zona Franca Verde no Amazonas e suas implicações sobre as populações tradicionais de Guajará-AM**

Witkoski (2008) nos alerta que a ocupação da Amazônia, por suas populações tradicionais, pauta-se pela relação íntima com o ambiente:

O território em que operam as populações tradicionais é descontínuo e marcado por vazios aparentes – terras em descanso, lagos de pesca, para o dia-a-dia, lagos de procriação, lugares de caça etc. Ou melhor, o que tem levado autoridades e movimentos sociais que lutam por sua conservação, a declará-los como unidades de conservação, por desconhecimento do seu uso, ou então, por acreditarem nas unidades de conservação sem a presença humana (Witkoski, 2008, p. 127).

Nesta perspectiva, refletindo sobre as políticas do PZVF e o uso das unidades de conservação como instrumento de política desenvolvimentista e agrária para o Amazonas, se percebe que este deve ser substancialmente repensado. Primeiro, porque a forma de regularização fundiária do Amazonas a partir de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) interfere diretamente na vida, na organização social e territorial do ribeirão e do produtor rural estabelecidos no interior dos municípios, em meio à floresta, nos distantes ramais e seringais. Dutra e Faria (2009) discutindo os desafios do desenvolvimento rural por meio de RDS salientam que:

As reservas têm atribuído grande importância para o desenvolvimento das comunidades locais no meio rural do estado, principalmente, no que refere a imbuir os sujeitos do lugar de novos significados e significância na gestão do território, a partir dos conselhos deliberativos da unidade, e ações de fiscalização como os agentes voluntários. No entanto, acreditamos que se tem muito mais demandas e desafios a suprir, com esta política de ordenamento territorial que realmente casos com êxitos, afinal poucas são as unidades de conservação criadas pelo atual governo que se encontram em processo de implementação, por falta de recursos para investimentos e interesses políticos locais (Dutra & Faria, 2009, 13).

Lima, Soares e Anjos (2007), também compreendem que esta proposta de criação de RDS no Estado como forma de pautar uma legalidade na regularização fundiária não funciona e não se efetivará em longo prazo porque a falta de regulamentação legal do Programa Zona Franca Verde torna-o limitado numa perspectiva temporal:

A inexistência de regulamentação legal para o PZFV retira-lhe a caracterização de dever jurídico do Estado, sendo considerado

apenas um compromisso político, concluindo-se que se trata de um projeto de governo em vez de projeto de Estado, o que define e limita a sua perspectiva temporal. (Lima, Soares & Anjos, 2007 p. 1)

Se a inexistência legal do PZFV como projeto de Estado é um problema, o modelo RDS impõe outros desafios. O primeiro é que este modelo dispensa a necessidade de desapropriação de terras. São áreas, em grande parte, que não são regularizadas e as pessoas não conseguem ser indenizadas. Este tipo de unidade de conservação, segundo a Lei N.º 9.985 (SNUC), é única categoria de domínio híbrido. Para ficar mais claro, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ao mesmo tempo que seu domínio é público e seu uso é concedido às populações tradicionais, pode coexistir com áreas particulares incluídas em seus limites. A Lei N.º 9.985, no seu artigo 20 § 2, estabelece que:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as **áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário**, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. (grifo nosso)

Para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as RDS são constituídas por áreas públicas ou privadas, objetivando a disciplinariedade do processo de uso e ocupação do solo. As RDS permitem, como atividade, a exploração de componentes dos ecossistemas em regime de manejo e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis. Por outro lado, esta cria uma contradição e abre a possibilidade de manejo sustentável na natureza, ensejando a exploração econômica dos recursos naturais, inclusive pelo particular nela inserido.

As intervenções fundiárias e desenvolvimentistas do Projeto ZFV não foram sentidas ainda no interior, pois o projeto desconhece em parte a realidade dos municípios. Induzir o desenvolvimento é antes de tudo, promover melhorias sociais, econômicas, políticas, infra-estruturais e culturais capazes de melhorar os índices de qualidade de vida.

Um breve olhar para alguns problemas da fronteira sul, revela que em Apuí-AM os conflitos agrários envolveram a morte de um agricultor e os índios da etnia Tenharim instituíram a cobrança de pedágio na BR 230 (Transamazônica). Em Boca do Acre - AM, os conflitos pela terra ocorrem em 2007, no Seringal Pirapora e Novo Andirá, diversas famílias de extrativistas foram ameaçadas pelos invasores e tiveram suas casas queimadas. Em Lábrea -AM, os conflitos existem desde 2006, onde agricultores e seringueiros denunciaram agressões contra as famílias acampadas no ramal Mendes Jr. Em 2007, já eram 1500 (mil e quinhentas) famílias envolvidas no



conflito. Em 2008, três trabalhadores morreram no conflito com grileiros. Em Camutama - AM, a grilagem é o grande problema a ser resolvido. No sudoeste do estado, começando por Guajará - AM, agentes da Comissão Pastoral da Terra foram alvejados pela polícia militar em 2008. Em Ipixuna - AM, o índio Carlos Kulina, de 27 anos de idade, foi assassinado por um policial da PM em 2008. Em fevereiro de 2009, os conflitos se intensificam no Envira - AM onde índios assassinaram um jovem.

### **3. Considerações finais**

O contexto em que se insere a iniciativa Programa Zona Franca Verde é a tentativa de imprimir uma nova racionalidade que reclama ser reconhecida como verdade. Esta orienta tanto a produção do discurso como reflete escolhas e caminhos que se confrontam e se conformam com os discursos dos mais diversos agentes sociais, políticos e econômicos. Em Guajará o programa agiu sempre de cima para baixo, não ouviu as populações e tão pouco se preocupou se estava fazendo certo ou errado. Assim, não se observaram as “reais” necessidades da região e com isso se formulou uma ação política de cima para baixo, gerando incompreensão por partes dos agentes sociais para os quais as políticas foram pensadas e equívocos entre o planejado e a necessidade ou vocação dos grupos. Isso ocorreu porque o programa cometeu vários erros, como verificados em Guajará, e que enumeramos abaixo:

- O programa não contou com a participação popular em sua formulação, gerando desconhecimento e descompromisso da sociedade local.
- Ao excluir a população-alvo do município na formulação do projeto, este não atendeu suas expectativas, seus verdadeiros anseios e necessidades.
- O programa sempre desenvolveu ações de cima para baixo e não incluiu sequer o poder público local e a sociedade civil em suas decisões e ações no município. Estes poderiam ter sido chamados a desempenhar um papel decisivo no sucesso do programa, realizando as ações de justiça social como retirada de documentos pessoais, pois a maioria não tem nem registro civil, ações educativas, medidas de saúde básica, dentre outras.
- A cadeia do extrativismo: verificada em todas as comunidades, nas margens do rio Juruá, da maneira que está sendo feita impõe riscos e limites. Pois, a exploração feita pelo capital privado, como se verificou na atuação da TAWAYA S.A em Guajará, não tem controle (e talvez não se preocupe com isso) sobre as formas e condições de coleta e retirada de sementes, óleos e resinas.
- Falta de incentivos para a produção de produtos que o município tem vocação como: frutas, hortaliças, hortigranjeiros, melancia (que apresentou uma produção de 30 toneladas em 2009), jerimum e fumo.

- Por não consultar a população não foram construídos no município armazéns para estocar grãos (permanecendo apenas um na zona urbana e desativado) e nem se reestruturou o flutuante frigorífico doado pela Suframa em 1998 que possui câmara frigorífica com capacidade para 280 toneladas de peixe.

É preciso sempre lembrar que o conceito de desenvolvimento sustentável contempla a busca de uma eficácia econômica, social e ambiental para satisfazer as necessidades atuais e também as futuras. As principais características do desenvolvimento sustentável incluem valorização dos recursos naturais com geração de emprego, respeito pela diversidade cultural, participação das populações nas decisões e gestão dos recursos e valorização do etnosaber.

O desenvolvimento sustentável do PZFV que direcionou as ações em Guajará se consolidou em poucos incentivos produtivos, com antiquados regatões comprando produtos extrativos na beira do rio. Nas margens dos rios que cortam Guajará e em seus ramais vivem famílias em casas de um único cômodo, cobertas de palhas, sem energia elétrica, saúde, educação, em suma sem o mínimo de qualidade de vida.

Nossa constatação é que são insustentáveis as ações do PZFV em Guajará. Pois, as ações do PZFV apenas visualizaram o desenvolvimento das cadeias produtivas, restrito apenas à agricultura e à pecuária, atividades que impõem risco à manutenção dos ecossistemas se forem realizadas sem prudência ecológica e tecnológica como se viu em Guajará.

As ações do PZFV em Guajará foram importantes para o desenvolvimento do município, mas não foram executadas e nem se consolidaram sobre bases sustentáveis, pois o desenvolvimento sustentável é alcançado quando temos desenvolvimento com capacidade de incorporar as condições ecológicas e sociais, como sustentabilidade, equidade, justiça, qualidade de vida, respeito à cultura dos povos e democracia.

Portanto, constatamos a insustentabilidade das ações do Zona Franca Verde em Guajará. Primeiro porque não há garantia real e legal de sua continuidade. E isto é o mínimo que se espera de uma política pública que pretenda ter resultado duradouros e futuros. Tais políticas não tem sustentabilidade porque as ações realizadas no município eram voltadas ao desenvolvimento econômico e não envolveram diversos atores (organizações sociais, poder público e comunidades) em sua elaboração, execução e tão pouco se construíram como políticas capazes de garantir eficácia/eficiência em curto e longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acevedo Marin, Rosa; Almeida, Alfredo. W. B. de (2006). *Populações Tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ.
- Acevedo, H. (2010). Ambientalização das lutas sociais. *Estudos Avançados*. vol. 24, nº. 68, São Paulo.
- Almeida, Alfredo W. B. (2008). *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas.
- \_\_\_\_\_ (2008). *Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas*. 1.º e 2.º vol. Manaus: PPGSCA/UEA/ Fundação Ford /UFAM. Disponível, respectivamente, em <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ConhecimentoTradicionalebiodiversidade.pdf>> e em <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ConhecimentoTradicionalebiodiversidadeII.pdf>>. Acessado em agosto de 2009.
- AMAZONAS.(2002). *Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Estado do Amazonas - Zona Franca Verde (ZFV)*. Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2002.
- Araújo, José Júlio César do N. (2011). *O Programa de Desenvolvimento Sustentável Zona Franca Verde (PZFV): Farsa e Tragédia em Guajará/AM*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional: PPG-MRD/UFAC. Rio Branco: UFAC.
- \_\_\_\_\_. (2009). Bioextrativismo e modos de vida sustentável no Amazonas: pressupostos para uma nova racionalidade ambiental. *Vôos Revista polidisciplinar eletrônica da Faculdade de Guairacá*. Vol. 01 (julho de 2009) Caderno de Ciências Humanas. ISSN 1808-9305. 15pp.
- Becker, Bertha (2009). *Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições*. Brasília: CGEE.
- BRASIL. *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)*. Brasília: Senado Federal. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acessado em agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004*. Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: Senado Federal. Brasília, 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm)>. Acessado em agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Senado Federal: Brasília, 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)>. Acessado em agosto de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Lei 11284/2006, de 2 de março de 2006*. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm)>. Acessado em março de 2009.
- \_\_\_\_\_. *Medida Provisória 458/2009, de 10 de fevereiro de 2009*. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/1726920094.pdf>>. Acesso março de 2009.
- Castro, Edna. (2000). Territórios, Biodiversidade e Saberes. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza dos trópicos*. São Paulo: Hicitec.
- \_\_\_\_\_. (1999). Tradição e Modernidade: a propósito dos processos de trabalho na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, nº 1 - dezembro 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/issue/view/17>>. Acessado em 27/5/2010.
- Cruz, V. C. (2007). Territórios, identidades e lutas sociais Amazônia. In: ARAÚJO, HAESBAERT, R. *Identidades e territórios: Questões e Olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: ACCESS.
- Dutra, Raimundo Leandro Costa & Faria, Ivani Ferreira de (2009). Reserva de Desenvolvimento Sustentável enquanto instrumento de gestão rural no Amazonas: viabilidade, importância e desafios. *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo*, pp. 1-15.

Disponível em

<[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Dutra\\_RLC.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Dutra_RLC.pdf)>. Acessado em 27/5/2010.

- Escobar, A. & Pardo, M. (2005). Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.) (2005). *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (cap. 7). Disponível em <[http://www6.ufrgs.br/antropi/lib/exe/fetch.php?id=programa\\_graduacao&cache=cache&media=movimentos\\_sociais\\_e\\_biodiversidade\\_no\\_pacifico\\_colombiano.rtf](http://www6.ufrgs.br/antropi/lib/exe/fetch.php?id=programa_graduacao&cache=cache&media=movimentos_sociais_e_biodiversidade_no_pacifico_colombiano.rtf)> ou em <[fido.rockymedia.net/anthro/escobar\\_semearoutrassolucoes.pdf](http://fido.rockymedia.net/anthro/escobar_semearoutrassolucoes.pdf)>. Acessado em 15/06/2010.
- Guimarães, Pedro Wilson. Cadeias produtivas e desenvolvimento local. In: IEL. *O futuro da indústria: cadeias produtivas*. Brasília: IEL, 2005, p.131-145. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/coletanea/ofutindcadprodutiva/Pedro.pdf>>. Acessado em 18 de setembro de 2009.
- Halbwachs, Maurice (1968). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice. LEFF, E. (2006). *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leite Lopes, José Sérgio et al. (2004). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Ed. Relume & Dumará.
- Lima, Arlete B.; Soares, Natanael D.; Anjos, Teresa C. E. (2007). *Cadeias produtivas locais e inclusão social no programa zona franca verde: uma abordagem teórica*. Disponível em <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito\\_e\\_politica\\_arlete\\_b\\_de\\_lima\\_e\\_outros.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_arlete_b_de_lima_e_outros.pdf)>. Acessado em 27/5/2010.
- Little, Paul E. (2002). *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade*. Brasília: UNB. (Série Antropológica N.º 322).
- \_\_\_\_\_. (1994). *Disputas Territoriais na Fronteira Amazônica: um estudo etnográfico e comparativo de duas micro-regiões*. Brasília.
- Menezes, Mário (2001). *Os Sinais Amarelos da Zona Franca Verde*. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/opiniao/print.cfm?id=206732>>. Acessado em 27/05/2010. Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira.
- Mota, José Aroudo & Gazoni, Jefferson Lorencini (2009). Plano Amazônia Sustentável: interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental. In: *Brasil em Desenvolvimento. Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, vol. 2 (cap. 17). Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol02.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol02.pdf)>. Acessado em 24 de maio de 2010.
- Noda, Hiroshi (Coord.) (2000). *Pequena produção de terra firme no Estado do Amazonas*. Manaus: INPA.
- Paula, Elder Andrade; Simione, Silvio (2008). Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. *Revista NERA*, Ano 11, n.º. 12, pp. 86-97 Jan.- jun./2008. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/11\\_paula\\_e\\_silva\\_12.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/11_paula_e_silva_12.pdf)>. Acessado em 27/5/2010.
- Paula, Elder Andrade; Souza, Israel Perreira Dias. USAID e a disputa pelo controle dos recursos naturais na Amazônia: nova forma, velho conteúdo. In: Valencio, Norma; Paula, Elder A; Witkoski, Antônio Carlos (Org.). *Processos de Territorialização e identidade sociais*. São Carlos: Rima editora, 2010.
- Paula, Elder Andrade; Morais, Maria de Jesus. Nos labirintos das fronteiras Amazônicas In: Valencio, Norma; Paula, Elder A; Witkoski, Antônio Carlos (Org.). *Processos de Territorialização e identidade sociais*. São Carlos: Rima editora, 2010.
- Ribeiro, Gustavo Lins (1992). *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. Brasília: UNB, (Série Antropologia N.º 123).
- Santos, Luiz F. S. (2007). Amazônia das idéias de paraíso as idéias de ecossistema. In BASTOS, Elide R & PINTO, Renan F.(Orgs.) *Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro*. Manaus: EDUA.
- Shiraishi Neto, Joaquim (2007). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA.

- Torquato, Carla Cristina Alves & Freire, Cristiniana Cavalcanti (2007). *Sustentabilidade urbana e qualidade de vida: um breve perfil da criação e implementação das unidades de conservação como ação do programa Zona Franca Verde*. Disponível em <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito\\_e\\_politica\\_carla\\_a\\_torquato\\_e\\_cristiniana\\_freire.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_carla_a_torquato_e_cristiniana_freire.pdf)>. Acessado em 27/5/2010.
- Witkoski, Antônio Carlos (2008). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: UFAM/EDUA.

Recebido: 3 de janeiro de 2011

Aceite: 6 de maio de 2011